

3.1 A visão para o concelho de Mação

A visão para o concelho de Mação parte do diagnóstico onde se identificaram as forças, as condicionantes e as oportunidades que podem influenciar decisivamente o desenvolvimento do território, no sentido de estabelecer os contornos do futuro desejado, com ambições partilhadas pelos maçaenses.

É uma visão elaborada a partir das tendências socioeconómicas à escala global e das condicionantes conjunturais, nomeadamente os efeitos da crise económica internacional que acentuaram as debilidades estruturais da economia nacional e que produziram impactos diretos sobre os territórios de baixa densidade, incluindo o concelho de Mação: as tendências demográficas regressivas acentuaram-se – envelhecimento da população, quebra da natalidade e redução do número de residentes - as oportunidades de emprego diminuíram e o património natural foi perdendo importância.

A visão e a estratégia de desenvolvimento de Mação partem, inevitavelmente, do reconhecimento que a economia e a demografia interagem, reforçando-se mutuamente num ciclo de causalidade cumulativa, e que a sustentabilidade demográfica do concelho apenas será garantida se existir um processo gradual de substituição de atividades económicas obsoletas por outras geradoras de mais emprego e valor acrescentado. A travagem da tendência de declínio demográfico exige soluções complexas e integradas: exemplos de medidas mais simples, como incentivos financeiros para o incremento da natalidade, são naturalmente louváveis e terão alguns resultados pontuais e localizados, mas o ciclo vicioso que se desenha nos territórios de baixa densidade populacional, económica e institucional requer, sobretudo, que sejam oferecidas adequadas condições de vida

aos futuros pais – antes mais acesso a emprego, com segurança e perspetiva de carreira, associado a acesso à habitação, amenidades urbanas e serviços de apoio à criança. Mesmo que venha a existir uma subida das taxas de fecundidade, o efetivo de mulheres em idade fértil residentes em Mação é já de tal forma reduzido que a reposição de gerações só será concretizada através da atração de população jovem. A resposta a este desafio reside, portanto, na economia e na capacidade do concelho criar emprego.

A visão para Mação formula o conjunto de desígnios que traduzem uma ambição coerente que visa inverter o definhamento do território através de dinâmicas sustentadas, a longo prazo, geradoras de oportunidades emprego, de qualidade de vida e valorização do património natural e cultural do concelho. A visão está alicerçada em três elementos cruciais – território, pessoas e identidade – que parte dos resultados positivos obtidos em diferentes esferas para elevar os níveis de ambição do território no horizonte 2020.

O território

A visão para Mação assume o território, e em particular o espaço florestal, como elemento crucial para (re)ativar um tecido produtivo que foi perdendo força com as dinâmicas concorrenciais globais e com o esvaziamento populacional dos últimos anos. Dinamizar as atividades ligadas à valorização económica da floresta ou outras com tradição no concelho, em moldes suficientemente inovadores e diferenciadores, permitirá gerar as dinâmicas socioeconómicas que podem melhorar a atratividade do concelho para os residentes atuais, para os potenciais residentes e para os investidores, sem prejuízo da defesa do património natural e da sustentabilidade dos recursos.

3.1 A visão para o concelho de Mação

Os maçaenses

A visão preconizada para o território coloca as pessoas no centro do desenvolvimento de Mação. “Cuidar” de uma população envelhecida, promovendo a otimização e melhoria das respostas sociais, e estabelecer as condições de base que permitam fixar pessoas, acolher os maçaenses que pretendam regressar e integrar aqueles que queiram fazer de Mação a sua nova residência são determinantes para o progresso do território. Educação, saúde e cultura emergem, neste sentido, como vetores estruturantes para a ambição da qualidade de vida que se ambiciona para o concelho.

A identidade

A visão para Mação atribui uma importância estruturante à defesa, preservação e divulgação do património histórico e cultural do concelho. Promover uma gestão equilibrada mas ambiciosa do património identitário do concelho, que permita defender e projetar as tradições, os usos e os costumes das suas gentes, é fundamental para um território que quer abraçar a sua história. Por outro lado, esta visão promove a afirmação de Mação no domínio das ciências humanas , onde o concelho se pode constituir como um pólo com relevância nacional e internacional.



3.2 O referencial estratégico de intervenção

A estratégia que se defende para Mação representa o caminho que o território deve seguir, com as necessárias correções ditadas pelas alterações conjunturais ou pelas mutações estruturais que podem ocorrer no horizonte 2025, para concretizar a visão assumida para o território. O referencial estratégico de intervenção foi desenhado tendo em consideração as diferentes esferas em que o concelho apresenta resultados positivos – educação, apoio social e cultura – e nos valores patrimoniais, com destaque para o espaço florestal, que podem ser alavancados no sentido de contribuírem de forma mais significativa para o desenvolvimento de Mação.

A trajetória que aqui se desenha, ancorada nas sensibilidades, preocupações e esperanças demonstradas nos diferentes momentos de auscultação dos maçaenses durante a elaboração do plano de desenvolvimento estratégico, assume uma ambição de promover as iniciativas que constituem modelos exemplares de gestão e valorização do território e das pessoas, suportados pela eficiência no uso dos recursos disponíveis, e que podem ser replicadas à escala do país.

O caminho percorrido pelo concelho em matéria do apoio prestado à franja da população mais idosa – com constrangimentos em termos de recursos e de um modelo de povoamento disperso – e o trabalho desenvolvido pela comunidade escolar constituem boas práticas que a estratégia pretende reforçar e alargar a outras esferas que potenciem o desenvolvimento humano do território.

O trabalho desenvolvido em matéria de prevenção e gestão do espaço florestal, nomeadamente para combater os graves incêndios que fustigaram território nas últimas décadas, representa, também, um exemplo à escala nacional, no qual se devem inspirar algumas das

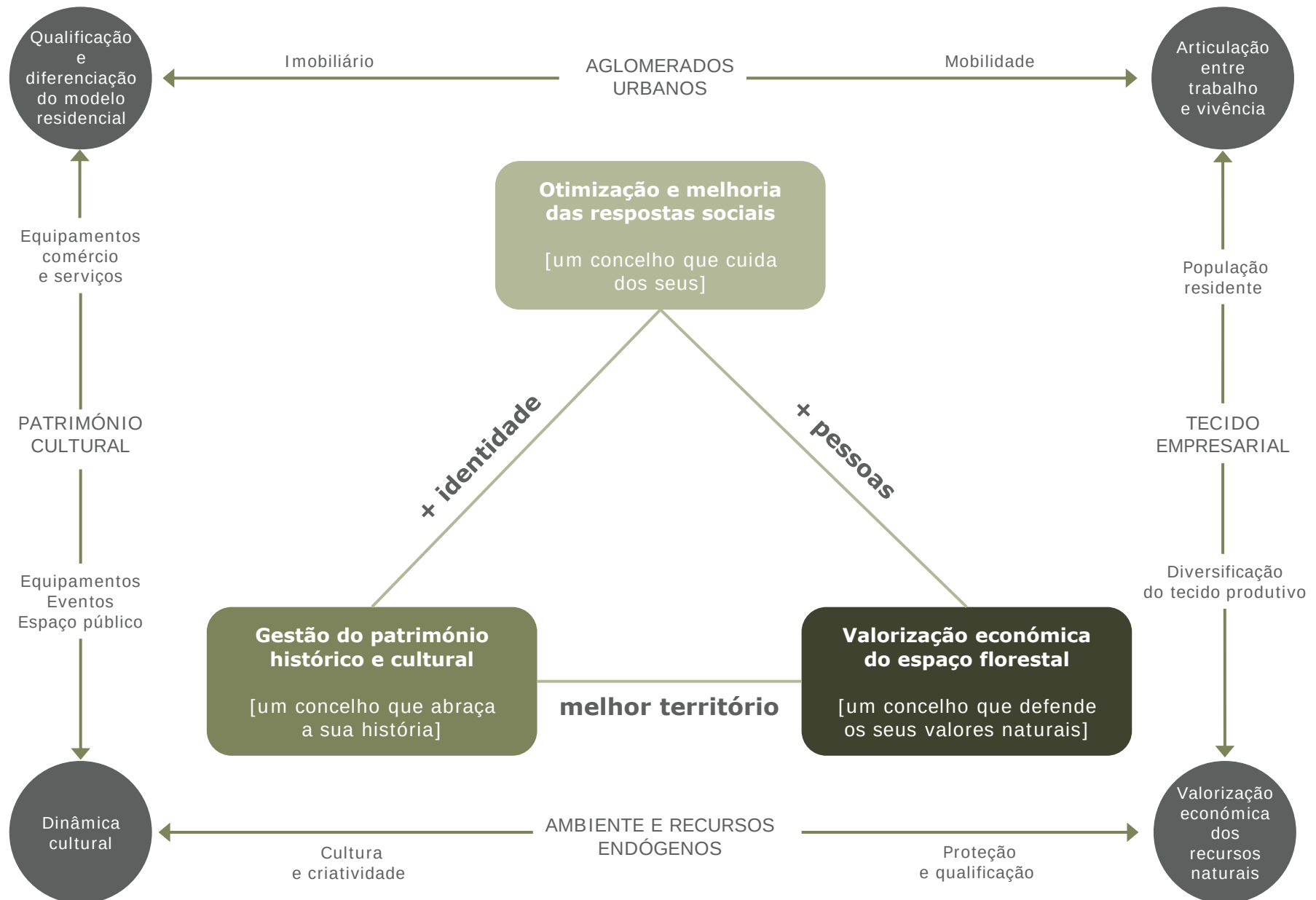
iniciativas fundamentais para a valorização da floresta.

Também as dinâmicas culturais e de formação criadas pela parceria entre a autarquia e o ITM em Mação constituem um ativo relevante para a projeção externa do território. A importância do museu municipal e de todo o trabalho desenvolvido no ITM no âmbito da arqueologia e pré-história pode, nesta fase, ser reforçada pela componente das ciências humanas que, para além de ajudarem na defesa da identidade maçaense, podem colocar o concelho de Mação como dinamizador da agenda global destas ciências.

Ancorada nestas assunções, a estratégia de Mação estabelece três desígnios fundamentais que pretendem, apoiados nas boas práticas e nas iniciativas de sucesso desenvolvidas no concelho, contribuir para o progresso do território: o desígnio “**mais pessoas**” que estabelece os objetivos de melhoria da qualidade de vida pelo desenvolvimento de respostas sociais adequadas às necessidades e expectativas daqueles que vivem ou podem querer viver em Mação; o desígnio “**melhor território**” que estabelece os princípios de gestão territorial que contribuam para a valorização económica do espaço florestal; e o desígnio “**mais identidade**” orientado para a defesa e reforço dos valores imateriais e para uma melhor gestão do património histórico do concelho.

Estes desígnios são interdependentes e produzem efeitos sistémicos sobre o território. São materializados em três eixos de intervenção que, de seguida, se detalham.

3.2 O referencial estratégico de intervenção



3.2 O referencial estratégico de intervenção

Valorização económica do espaço rural e florestal

A extensa área florestal que marca a paisagem do concelho de Mação constitui um recurso endógeno de inegável importância para o progresso do território. Impulsionadora das dinâmicas económicas no século passado – cujos rendimentos proporcionados aos proprietários contribuíram para que muitos maçaenses pudessem explorar novas oportunidades nos principais polos urbanos do país – a floresta tem vindo, progressivamente, a perder a sua preponderância na criação de emprego e riqueza no concelho.

O modelo de desenvolvimento económico de Mação “inclinou-se”, como se observou na maioria dos territórios de baixa densidade, para um perfil mais terciário, onde os serviços públicos e as IPSS, nomeadamente aquelas que estão orientadas para responder às necessidades da população mais idosa, dominam a bolsa de emprego.

Causa e consequência destas dinâmicas, emergiu um ciclo vicioso em que o esvaziamento populacional se combina com uma população bastante envelhecida e com uma debilidade estrutural do modelo produtivo, diminuído pelo definhamento das atividades ligadas à floresta que conduziram ao abandono das propriedades e fizeram aumentar a carga combustível para níveis preocupantes.

A floresta ou espaço florestal – entendido enquanto sistema que conjuga património físico de produção ou preservação com património imaterial, consubstanciado num conjunto de vivências que marcam a identidade do concelho de Mação - constitui um elemento essencial da estratégia de desenvolvimento para o território no longo prazo. A

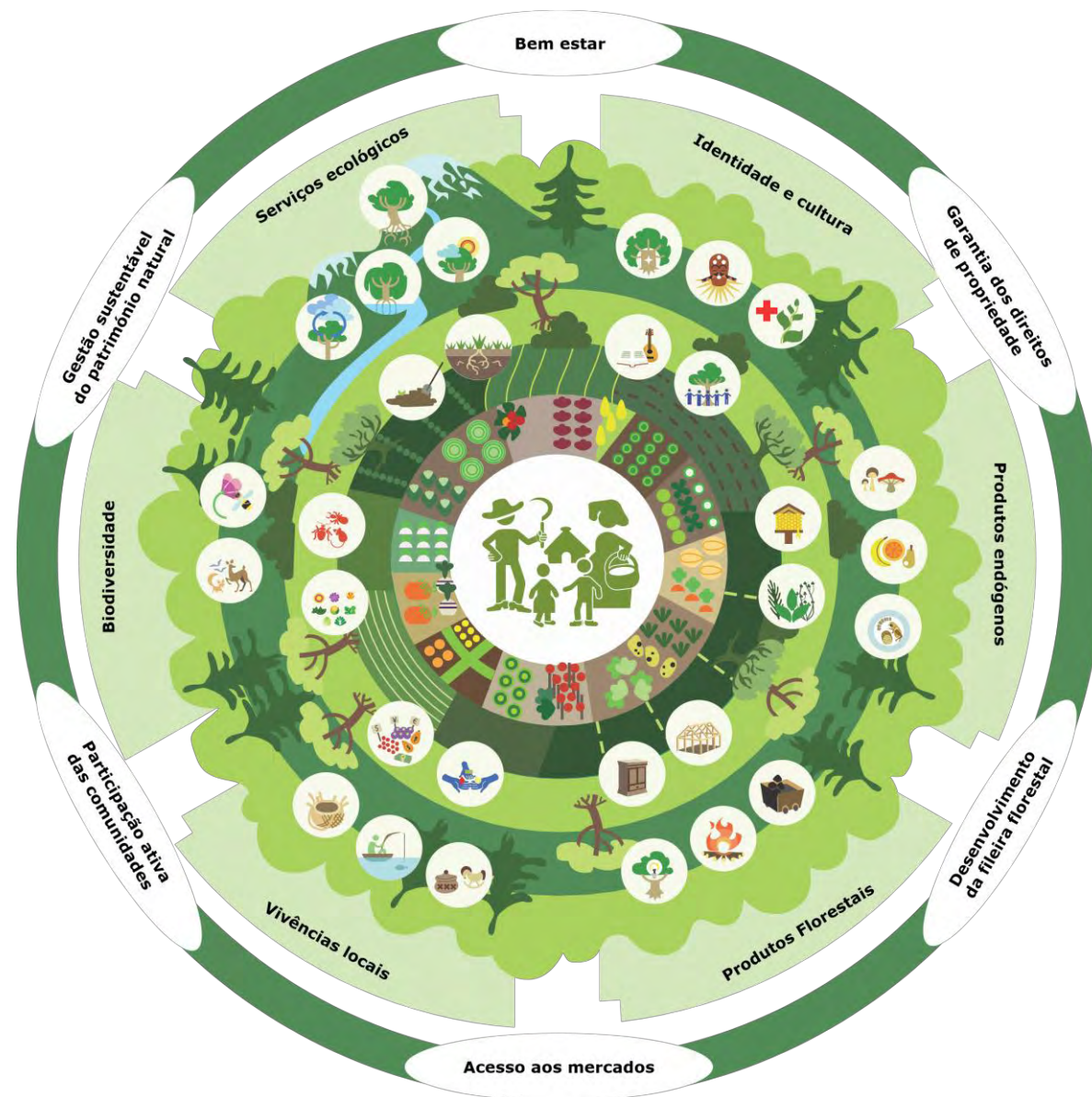
valorização do espaço florestal do concelho de Mação não deve, no entanto, ser encarada numa perspetiva de aposta na continuidade de um modelo produtivo que, no quadro concorrencial global, encontrará sérias dificuldades em competir nos mercados ou fixar ou atrair talento para o concelho. Emerge, deste modo, a necessidade de estruturar um novo modelo de desenvolvimento do espaço florestal, que seja capaz de articular de forma positiva os desafios colocados pelo crescimento sustentável com as ambições de criação de emprego e riqueza no concelho que, em última análise, podem determinar a inversão do ciclo vicioso que contribuiu para o definhamento socioeconómico de Mação.

A estratégia de desenvolvimento de Mação e, em particular, a valorização do espaço florestal, mais do que afirmar de forma isolada um conjunto de atividades tradicionais, pretende estruturar um ecossistema onde as comunidades locais se apropriam de uma estratégia partilhada e se constituem como agentes ativos de defesa da identidade maçaense e do desenvolvimento local. A valorização do espaço florestal numa lógica de uso múltiplo assume-se, assim, como um objetivo fundamental para o ressurgimento – em moldes ponderados mas inovadores - das atividades de produção florestal e agrícola, da silvopastorícia, apicultura e da caça, mas também para a adoção dos novos paradigmas de sustentabilidade ambiental, de adaptação às alterações climáticas e da prevenção de riscos.

A implementação desta estratégia pretende induzir um ciclo virtuoso em que as oportunidades criadas pela valorização económica do espaço florestal possam atrair novos residentes, melhorar a qualidade de vida das comunidades locais e defender as tradições, os usos e os costumes de Mação.

3.2 O referencial estratégico de intervenção

Figura 3.1 O papel da floresta no desenvolvimento das comunidades rurais



Fonte: Adaptado da FAO - Forests and family farms together sustaining livelihoods and landscapes

3.2 O referencial estratégico de intervenção

Desenvolvimento integrado das comunidades locais

Mação é um território eminentemente rural, que concentra cerca de metade da população residente na união de freguesias de Mação, Aboboreira e Penhascoso; as restantes freguesias, com exceção de Cardigos, têm menos de mil habitantes.

Com um povoamento disperso, uma população envelhecida e uma extensa mancha florestal, o concelho tem pela frente um desafio colossal: implementar um modelo de desenvolvimento territorial que permita, de forma harmoniosa e coerente, criar um ciclo virtuoso em que as comunidades locais são profundamente envolvidas nas estratégias de valorização dos múltiplos usos da floresta - nas funções de produção, preservação, lazer ou recreio – e na articulação da floresta enquanto espaço onde se construíram os elementos imateriais (costumes, tradições e saberes) que traduzem um sentimento de pertença ao território e constituem a identidade de Mação.

A prossecução destes objetivos não pode ser orientada por uma visão antiga do mundo rural, que diminui a sua função e o envolvimento das comunidades rurais nas dinâmicas socioeconómicas nacionais. São prementes novos olhares sobre o território de Mação, ainda que devidamente enquadrados no referencial estratégico adotado pelo país e pelo espaço europeu, que criem um impulso que inverta as tendências regressivas que o território observou nas últimas décadas.

Esta inversão está alicerçada num projeto fundamental para o progresso de Mação: a **constituição de uma ZIF de gestão total**, com práticas e modelos de gestão inovadores, em que o nível de compensação seja equivalente ao esforço solicitado aos diferentes proprietários, que poderá posteriormente ser replicada no território.

Constitui uma iniciativa decisiva para valorizar de forma integrada o espaço florestal e o conjunto de atividades conexas que nele ocorrem, com efeitos sistémicos na melhoria da qualidade de vida das comunidades rurais.

A importância deste projeto recomenda que o território eleve os níveis de ambição pois tem um trabalho já realizado, com resultados visíveis. Mação deve promover a ZIF de gestão total como um modelo de gestão do espaço florestal exemplar, exportável, e que tem todas as condições para assumir uma escala regional, desde logo em territórios semelhantes na região Centro, mas também no contexto nacional.

A própria configuração dos apoios nacionais e comunitários no horizonte 2020 pode acelerar a dinamização deste projeto. Os apoios direcionados para a criação do próprio emprego – que neste quadro de apoio são mais territorializados –, os apoios previstos pela estratégia de especialização inteligente da região Centro – que inclui a floresta como um dos domínios diferenciadores -, e os diferentes apoios, nacionais e comunitários, orientados para o desenvolvimento sustentável e a prevenção e gestão de riscos.

Por fim, a arquitetura do projeto deve contemplar alguns dos atores relevantes para a prossecução dos objetivos que sustentam a sua ambição. O ITM, com as valências na área das ciências humanas, pode constituir um aliado decisivo para estabelecer um diálogo profícuo com as comunidades locais. O envolvimento dos maçaenses espalhados pelo mundo e de investidores de referência, desde o início do projeto, é também fundamental para a estruturação de um projeto com a força, massa crítica e impacto necessários para aumentar o poder negocial junto da administração central.

3.2 O referencial estratégico de intervenção

ZIF de Gestão Total

No concelho de Mação a estrutura minifundiária da propriedade – evidente, por exemplo na ZIF Aldeia de Eiras, que numa área co cerca de 1000 hectares possui 1500 propriedades e 150 proprietários, com uma dimensão média da propriedade de 0.7 ha - - a par com o absentismo dos proprietários é um dos principais obstáculos à viabilidade da exploração florestal. A Aflomação – Associação Florestal de Mação e a autarquia têm vindo a promover a associação voluntária entre proprietários em ZIF que permitam a integração de centenas de parcelas, para dar lugar a uma verdadeira unidade de exploração do espaço rural.

“ZIF de gestão total” é figura que surge na revisão legislativa de 2009 referente às ZIF e é definida como “o modelo multifuncional em que a entidade gestora procede à gestão integrada de todas as componentes do sistema agro-silvopastoril”. A autarquia e da Aflomação entendem uma “ZIF de gestão total” como uma sociedade entre os proprietários, em que cada um detém uma quota correspondente à área total das suas parcelas. As despesas e as receitas são repartidas proporcionalmente à área que os proprietários dispõem, independentemente da ocupação do solo ou localização das suas parcelas. Pretende-se assim uma gestão verdadeiramente integrada e multifuncional de todo este território, de forma a que um proprietário não fique prejudicado pelo facto da sua parcela dar lugar, por exemplo, a uma faixa de interrupção de combustível, ou por estar ocupada com uma produção menos lucrativa que a produção da parcela vizinha. Da mesma forma, caso uma parcela sofra um prejuízo (derivado de um incêndio, por exemplo), este é partilhado por todos.

Este modelo, para além de permitir aumentar a escala produtiva, facilita também a resolução de outras questões em que a escala é um fator crítico de sucesso, como sejam a cobertura dos riscos por seguros e a certificação da gestão florestal sustentável. O ordenamento do território e a diversificação das culturas e formas de exploração dos terrenos contribui também para uma redução da carga combustível e facilitação da prevenção e do combate aos incêndios. A Afloração Mação sumariza os objetivos e vantagens da constituição das ZIF em zonas de minifúndio:

Objetivos

- Promover uma gestão florestal sustentável ativa e permanente dos espaços florestais;
- Coordenar, de forma planeada, a proteção dos espaços florestais e naturais;
- Proteger eficazmente as áreas florestais e os espaços rurais associados;
- Recuperação de espaços florestais afetados por incêndios;
- Reduzir as condições de ignição e de propagação de fogos.

Vantagens

- Gestão profissional e apoio técnico permanente, Planos de Gestão Florestal (PGF) comum (custos repartidos);
- Diminuição do risco de incêndio ;
- Maior poder de negociação dos produtos florestais;
- Acesso a apoios específicos e a prémios atribuídos à gestão;
- Direito de preferência na aquisição dos prédios rústicos;
- Processo de certificação florestal mais ágil.

3.2 O referencial estratégico de intervenção

ZIF de Gestão Total

A Aflamação dividiu o Concelho de Mação em ZIF de acordo com o mapa abaixo:



ZIF criadas por portaria do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas: ZIF Aldeia de Eiras, Penhascoso Norte, Castelo, São José das Matas, Ortiga;

ZIF com processo oficial de constituição iniciado: ZIF Amêndoa Norte, Serra

A entidade gestora da ZIF poderá ser uma organização associativa, sem fins lucrativos, ou outra pessoa coletiva aprovada pelos proprietários e produtores florestais, desde que possua no seu quadro de pessoal efetivo uma equipa de técnicos com formação superior ou experiência na área florestal, com capacidade para elaborar os planos de defesa e gestão florestal.

Foi utilizado como critério de delimitação das ZIF o conceito de “comunidade humana”, isto é, os habitantes das aldeias que já em tempos juntaram esforços para a constituição de outros equipamentos, espaços e bens comuns e que mantém laços familiares e de vizinhança. Por esta razão as ZIF possuem áreas relativamente pequenas.

As despesas da ZIF prendem-se numa fase inicial com a elaboração dos planos de defesa e gestão florestal e com a sua futura execução (arborizações, operações de desbaste, construção e manutenção de infraestruturas).

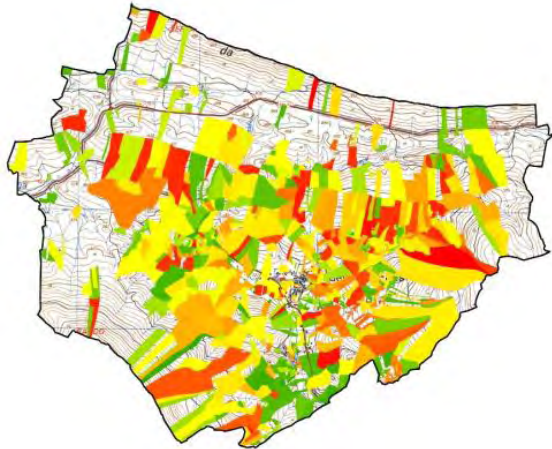
O financiamento dos investimentos iniciais de maior dimensão é um dos principais obstáculos ao efetivo funcionamento das ZIF: não obstante a disponibilização de financiamentos no âmbito do Fundo Florestal Permanente e do PRODER 2007-2014, a arquitetura dos apoios tem-se revelado pouco adequada a um esforço de investimento integrado, isto +e, incluindo diferentes tipologias, e de médio prazo.

3.2 O referencial estratégico de intervenção

ZIF de Gestão Total

ZIF Aldeia de Eiras: 1047 ha

80 aderentes, 733 prédios, 880 ha



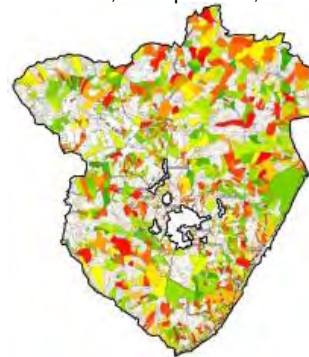
ZIF Ortiga: 1777 ha

235 aderentes, 1477 prédios, 995 ha



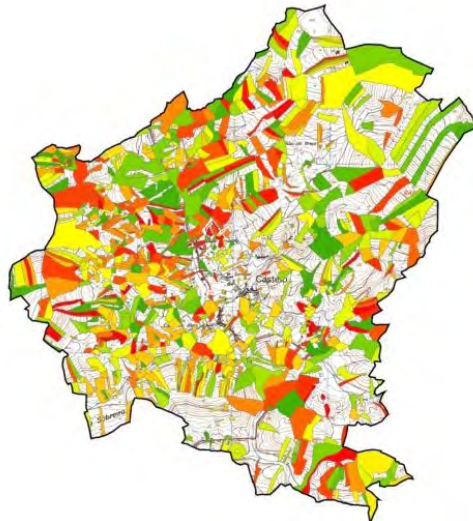
ZIF São José das Matas: 1694 ha

88 aderentes, 593 prédios, 384 ha

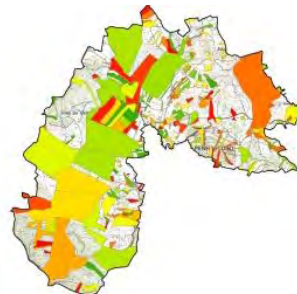


ZIF Castelo: 1496 ha

130 aderentes, 966 prédios, 796 ha



ZIF Penhascoso Norte: 1234 ha



Neste quadro deve ser ponderada a possibilidade de criação de um produto financeiro constituído por unidades de participação representativas de um património florestal adequadamente gerido.

A possibilidade de subscrição de unidades de participação, por permuta pelos seus terrenos, com opção de retoma dos terrenos à data do final do fundo, poderá auxiliar a vencer a resistência de alguns proprietários que valorizam emocionalmente os seus terrenos e travar a tendência para a resistência à venda dos terrenos na expectativa de um aumento dos preços a médio prazo.

A figura de um fundo financeiro permite também atrair capital por períodos longos (adequados aos ciclos da produção florestal), garantindo uma gestão estável que permite o prosseguimento de uma política de investimentos e de exploração florestal mais sustentável e menos pressionada pela busca do lucro rápido.

Fonte: Aflomação